

NEVES. Fátima Maria – UEM

O MÉTODO DE LANCASTER E A MEMÓRIA DE MARTIM FRANCISCO

02 - História da Educação

O MÉTODO DE LANCASTER E A MEMÓRIA DE MARTIN FRANCISCO

A investigação sobre as origens e antecedentes da prática do Método de Lancaster ou do Ensino Mútuo no Brasil, antes da sua implantação oficial por meio da Lei de 15 de outubro de 1827, tem nos levado a buscar em diversas fontes dados que nos permitam construir uma explicação de quando, como, por que e para que se deu sua entrada no Brasil.

Algumas das fontes analisadas, tendo em vista o objetivo proposto, são os projetos educacionais elaborados no início do século XIX. Selecionamos o *Projeto sobre o estabelecimento e organização da Instrução Pública no Brazil*, de autoria do General Francisco de Borja Garção Stocker e a *Memória sobre a Reforma dos Estudos na Capitania de São Paulo*, de Martin Francisco Ribeiro d'Andrada Machado.

Damos destaque a esses dois projetos, porque, primeiro, a historiografia sobre o objeto em estudo atribui a eles uma campanha em prol do Ensino Mútuo, e, segundo, porque creditam aos dois projetos influências no Plano do Cônego Januário, elaborado em 1826. Esse plano definia, em linhas gerais, as diretrizes da primeira lei de ensino geral do País, datada de 15 de outubro de 1827, que, por sua vez, confirmou a indicação oficial do Método do Ensino Mútuo ou Método de Lancaster.

Para Pires de Almeida (1989), o projeto de *Stockler* fora encomendado pelo ministro de D. João VI, Antônio de Araújo, o Conde de Barca, ao General Francisco de Borja Garção Stockler, com o objetivo de (...) *organizar a instrução pública e tudo o que lhe dissesse respeito, debaixo de um plano sistemático, que reunisse todos os estabelecimentos entre si e os submetesse a um mesmo pensamento, o da unidade da nação* (p.49).

O plano que *Stockler* apresenta foi originalmente elaborado em 1799 para a reforma do ensino em Portugal, alterado em alguns pontos, como entende Fernandes (1998), *face à crítica que lhe fora feita e contendo algumas notas decorrentes da sua experiência brasileira* (p.147). No entanto, o *Projeto sobre o estabelecimento e organização da Instrução Pública no Brazil* foi rejeitado pelos homens do governo, porque seu autor, *Stockler*, outrora cometera atos políticos contrários aos interesses do Governo Português, criando em torno de sua pessoa suspeitas e questionamentos quanto ao seu patriotismo.

Independentemente do destino político do *Projeto sobre o estabelecimento e organização da Instrução Pública no Brazil*, debruçamo-nos sobre ele. Contudo, no que tange ao Ensino Mútuo, ainda não identificamos, no Projeto de *Stockler*, os indícios da pedagogia lancasteriana.

Entretanto, o mesmo não ocorreu com a *Memória sobre a Reforma dos Estudos na Capitania de São Paulo*, de Martin Francisco Ribeiro d'Andrada Machado, já que ela apresenta, em seu conteúdo, indícios do Método de Lancaster.

Portanto, o objetivo deste trabalho é expor o resultado da investigação sobre a elaboração e o percurso que a *Memória* de Martin Francisco fez e, em seguida, identificar no conteúdo desse plano pedagógico os pressupostos do Ensino Mútuo ou Método Lancasteriano.

A *Memória*, tal como o título sugere, foi elaborada por Martin Francisco Ribeiro d'Andrada Machado¹ (Santos, 1775-1844), conhecido como o irmão caçula da *Trindade dos Andradas*².

¹ Na bibliografia de Martin Francisco é fato a compreensão de que faltam as datas e sobram confusões. Do mesmo modo pode-se referir a composição de seu sobrenome que ora é Andrada e Silva, ora é Andrada Machado, soma-se a isso a reprodução de seu nome aos seus descendentes Martin Francisco II (1825-1886) e Martin Francisco III (1853-1827).

² Composta dos irmãos Andradas: José Bonifácio(1763-1838), Antonio Carlos(1773-1845) e Martin Francisco(1775-1844).

Dos antecedentes intelectuais de Martim Francisco, sabe-se que adquiriu a instrução elementar *sob as vistas de seu pai*, Sr. Bonifácio José Ribeiro de Andrada, e obtivera, com Frei Manuel da Ressurreição, tal como seus irmãos, (...) *os necessários conhecimentos de filosofia, retórica, lógica, moral e língua francesa, para o ingresso na Universidade de Coimbra* (Ribeiro, 1943:63).

Como Bacharel em Ciências Matemáticas e Naturais, volta ao Brasil, aproximadamente em 1802, assumindo, paralelamente, as funções de Inspetor Geral das Minas de São Paulo e os cargos políticos. Mantendo a tradição familiar, atuou como Secretário do Governo Provisório em São Paulo (1821), como Ministro da Fazenda (1822) e como Deputado da Assembléia Constituinte de 1823.

Com a dissolução da Assembléia, em 12 de novembro de 1823, Martim Francisco, juntamente com os irmãos, José Bonifácio e Antonio Carlos, e mais alguns aliados, foram exilados para França, em 24 de novembro de 1823, como conspiradores.

Ao regressar do exílio, em 1828, foi absorvido pelo Tribunal Superior e, logo após, foi eleito Deputado por Minas Gerais na legislatura de 1830-1833. Na seqüência, foi Deputado da Câmara por São Paulo, de 1836-1842, nesse ínterim, participou ativamente com Antonio Carlos na campanha pela declaração da maioridade de D. Pedro II, bem como, assumiu o cargo de Ministro da Fazenda (1840).

Dono de um perfil declaradamente político e afeito ao ofício que lhe conferia o título de Inspetor de Minas e Matas³, indaga-se quais os interesses, e também, quais as credencias que tinha Martim para escrever um Tratado de educação, que foi considerado por Fávero (1996) como o (...) *mais ambicioso e sistematizado programa de instrução pública formulado no primeiro quartel do século XIX* (...) (p.40)? Em que momento de sua carreira profissional Martim escrevera a *Memória*? Como e por que a escrevera?

³ Sob sua autoria encontram-se *Escritos sobre Mineralogia e Agricultura* (traduzidos do francês) e o *Diário de uma viagem mineralógica pela Província de São Paulo* (1805).

Querino Ribeiro (1943), levanta duas hipóteses sobre o momento da escrita da *Memória*. A primeira, é a de que ele a teria escrito, inicialmente, para atender a uma solicitação de D. Francisco de Assis Mascarenhas, o Conde de Palma, governador de São Paulo, que, desde 1814, acumulava as atividades de governador com as obrigações de Inspetor Geral dos Estudos. A segunda que ele a teria escrito no Rio de Janeiro⁴, diante da pretensão do cargo de Inspetor Geral dos Estudos.

As evidências empíricas (documentais) confirmam que a *Memória* de Martim Francisco fôra enviada junto com uma Petição - cujo conteúdo revela que, como ele estava afastado do emprego que ocupava na Fábrica Real de São João do Ypanema, ele solicita um emprego mais efetivo, ou ainda que o nomeasse para (...) *para Diretor dos Estudos da Capitania de São Paulo, ou para um govêrno secundário ou para qualquer outro emprêgo que seja compatível com sua aptidão e pessoa* (Ribeiro, 1943:68) - ao Sr. Luiz José de Carvalho e Melo, futuro Visconde de Cachoeira, que, por sua vez, se dirigia ao Marquês de Aguiar, então Ministro dos Negócios do Brasil.

O Parecer sobre a *Memória* dado por Carvalho e Melo é, dentre os três documentos, o único que está datado: 15 de novembro de 1816. Por isso acredita-se ser esta a data da escrita da *Memória*. Não obstante todos os méritos do plano de Martim, o parecerista achou por bem (...) *não convir mandar-se por em prática na Capitania de São Paulo o Plano de Educação exposto na Memória (...)*(Ribeiro, 1943:71). Por meio deste documento, fica-se conhecendo o destino que tomou a *Memória*: *dormiu no arquivo público esquecida de todos*.

Uma segunda oportunidade para que Martim Francisco tornasse a apresentá-la, deu-se sete anos após o citado parecer de Carvalho e Melo, quando se iniciaram os trabalhos da Assembléia Constituinte de 1823, em que se debatia a elaboração de um tratado de educação à mocidade com a intenção de estimular a promoção de gênios brasileiros, proposto por Antonio Carlos e Pe. Belchior Pinheiro de Oliveira⁵.

⁴ Sabe-se, por meio de Avisos Régios e Portarias, que Martim permaneceu no Rio de Janeiro de setembro de 1815 até 1819.

⁵ Sessão de 4 de junho de 1823.

Martim apresenta sua *Memória* à Comissão da Instrução Pública, da Assembléia Constituinte, que era formada pelo próprio Martim Francisco, juntamente com Antonio Rodrigues Velloso d'Oliviera, Belchior Pinheiro d'Oliveira, Antonio Gonçalves Gomide e Manoel Jacinto Nogueira da Gama. A *Memória* é analisada e enviada à Câmara dos Deputados, em sete de julho, acompanhada do seguinte parecer:

(...) A comissão examinando a memoria oferecida pelo ilustres membro desta Assembléa o Sr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada e por ele feita há muitos anos para a reforma dos estudos menores da provincia de São Paulo reconhecendo nela um verdadeiro metodo tanto de ensinar, como de aprender, pelo arrançamento analitico com que classifica o começo e o progresso gradual dos acontecimentos humanos, e pela indicação que faz de outras materias que sucessivamente devem ser ensinadas do metodo a seguir da escolha dos compendios e sua composição, lamenta a comissão os males que tem sofrido a instrução publica pela falta de publicação e adoção de tão luminoso sistema em todas as provincias do Brasil, é do parecer: 1º que seja recebido por esta Assembleia com especial agrado um oferecimento tão interessante à educação pública; 2º que se mande imprimir a sobredita “Memória” fazendo-se a despeza pelo tesouro publico, para que quanto antes possa servir de guia aos atuais professores e estímulo aos homens de letras para composição de compendios elementares enquanto se não dá uma adequada forma à instrução publica. (Sessão de 7 de julho de 1823).

Entretanto, Martim, como membro atuante da Trindade, não ficou ileso às conseqüências das demandas políticas que representavam: os Andradas foram depostos em 17 de novembro de 1823. Ou seja, dez dias depois de a Comissão ter solicitado a publicação da *Memória*.

Mais uma vez a *Memória* dormiria no arquivo público, e desta vez, sem grandes possibilidades de retorno, pois nem mesmo a reclamação de sua impressão por Teixeira de Gouvea e Montesuma, em 18 de outubro, salvou-a do engavetamento imediato.

Tal como a *Memória* de Martim Francisco, que desaparece no anonimato dos arquivos parlamentares, o Projeto sobre a Instrução Pública, que tivera sua última discussão em 11 de agosto, também, pulveriza-se com a dissolução da Assembléia Constituinte.

Contudo, como ela ressurge? Por que se atribui à *Memória* a indicação da implementação do método lancasteriano? Qual o grau de influência que ela exerceu para adotar-se o Ensino Mútuo no Brasil?

Credita-se a Primitivo Moacyr a primeira publicação da *Memória*, em seu livro de 1936. Encontram-se, posteriormente, outras publicações como a de Querino Ribeiro, em 1943, e a divulgação na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* de 1945⁶. A importância da identificação da localização da reprodução e publicação deste documento pedagógico se faz importante, nesse momento, diante do fato de que não foi possível encontrar, para consulta, o original no Arquivo Nacional.

Deve-se, também, a Moacyr a sugestão de recuperá-la como fonte para estudo, principalmente, do Ensino Mútuo, posto que, para ele, até a dissolução da Assembléia, em novembro, não se faz mais referências a ela, mas o que dela restou, para a continuidade das discussões sobre a instrução e da promulgação da Lei de 15 de outubro de 1827, foi a indicação: (...) *só se cogitava do metodo lancasteriano (1936:119)*.

Analisando a *Memória*, identifica-se que seu princípio primeiro é o de promover a instrução pública, posto que ela é da responsabilidade do Estado, e mais, observe-se como Martim a concebe:

(...) a instrução pública é um dever do soberano para com seus vassallos, é uma obrigação contraída no nascimento das sociedades políticas entre o governante, e os governados, e que manifestamente redundará em proveito de ambos: a instrução pública, igual, e geralmente espalhada por todos os membros de qualquer Estado, nivela pouco mais ou menos suas faculdades intelectuais; aumenta sem prejuízo a superioridade daqueles, que a natureza dotou de uma

⁶ V. 6, n.18, dez. 1945.

organização mais feliz, aniquila esta dependência real, triste monopólio, que as luzes de uma classe exercitarão sobre a cega ignorância da totalidade; destrói a desigualdade, que nasce da diferença de sentimentos morais; facilita a cada um o gôzo dos bens, que a sociedade confere; corta pela raiz os males e brandões da discórdia, com que a ignorância em diferentes épocas tem abusado o mundo, e dos quais estão cheios de páginas da história; e finalmente conspira a promover a prosperidade dos Estados e a torná-los firmes, e estáveis pela reunião das fôrças morais com as físicas. (§1. Cap. I).

Martim organiza e estrutura seu ideal em 12 capítulos com o objetivo de desenvolver seu plano que é o de promover (...) *uma instrução comum a todos os povos desta capitania, desenvolvendo prèviamente os princípios que lhe servem de base e as diversas causas, que os motivaram. (§3. Cap.I).*

Suscitadamente pode-se “dizer” que Martim apresenta um plano que pretende dar uma instrução geral e outra mais particular. Divide a instrução em 3 graus distintos, levando em conta a idade, a capacidade e o tempo para instruir-se, em atendimento aos diversos tipos de serviços que vão exercer. No primeiro grau de instrução, aplica-se as (...) *verdades úteis e necessárias a todos (...)*; no segundo, (...) *estudos elementares relativos as diversas profissões da vida (...)* ; e no terceiro, a educação científica para a elite pensante do país.

A proposta de organização do primeiro grau de instrução, (...) *deve ser a mais útil e necessária ao homem*; deve-se estender por toda a Capitania. Propõe como idade mínima 9 anos para começar os estudos e 12 para sua conclusão, (...) *idade em que o menino não é ainda preciso ao serviço de sua família*. Martim entende que três anos são suficientes para que o menino adquira instrução, posto que, (...) *nos países quentes sendo mais prematuro o desenvolvimento físico, e êste andando de par com o intelectual, o menino mais cedo se desenvolve, com mais facilidade, em menor tempo aprende um maior número de verdades (§2, Cap.III).*

Politicamente, Martim finaliza seu plano com um último capítulo, que tem como conteúdo um conjunto de normas que acabam por definir o perfil do Diretor de Estudos, e tudo leva a crer que seria ele mesmo!

Desse plano, nos interessa investigar a instrução de primeiro grau, com o intuito de identificar como o Ensino Mútuo se apresenta.

Não obstante Martim Francisco reconhecer em sua *Memória*, que (...) *é mister finalmente, que se saiba o que, e como se deve ensinar (§ 3, Cap.I)* não tem ele a preocupação de esclarecer nominalmente o método que sugere.

O ensino pelo Método Mútuo ou Lancasteriano se apresenta, implicitamente, na passagem em que Martim refere-se à utilização de discípulos mais adiantados para auxiliar o professor. Observe-se o texto na íntegra:

(...) Na escola de cada vila os discípulos serão divididos em classes, e bastará, que cada uma receba uma lição por dia (...) a totalidade da lição será dada pelos professor, suprido, ou atenuado por discípulos da última classe em adiantamento, que para êste fim êle houve de escolher; este método além da vantagem de habilitar os discípulos dignamente ocupar para o futuro lugar, que substituem, tem de mais a seguinte, e vem a ser que eles todos, não mudando de mestre, adquirem com o tempo unidade de instrução, e unidade de carater. Uma só sala decente, subministrada pelo Estado, proporcionada em grandeza, e repartida segundo a ordem das classes, é suficiente para cada escola; e dêste modo o professor, co-adjuvado pelos discípulos mais adiantados e de sua escolha, pode manter a ordem em todas, sem fazer cargo a êstes de cuidados superiores ao seu alcance.(§3, Cap. III) (Grifo meu).

Observa-se que Martim refere-se também a outros elementos constitutivos do Método de Lancaster, como a utilização de apenas uma grande sala, a repartição dos alunos em classes segundo a ordem de seus conhecimentos, e torna a renovar a utilidade dos auxiliares (ou monitores) para o trabalho do professor.

Outra, séria e grande, referência ou aproximação com as postulações do método de Lancaster é a preocupação que Martim tem em deixar claro o rompimento com um dos procedimentos mais polêmicos na esfera educacional: o combate ao castigo físico. Essa postura também é considerada como caracterizadora da pedagogia de Lancaster, posto que seu método institui, no cenário educacional, uma nova forma de proceder em relação à disciplina escolar. Na *Memória* o procedimento quanto aos castigos, como instrumento pedagógico, é encontrada da seguinte forma:

(...) banindo dêste plano os castigos, baniu-se o antigo sistema fradesco, e absurdo, que engelhava a atividade natural dos moços, que hebetava seus sentimentos morais, e acabava por plantar na alma de um homem livre as sementes da escravidão e da baixaza (§3, Cap.VII).;

São essas as referências encontradas na *Memória* que a aproxima do ideal pedagógico de Lancaster.

Como já se afirmou, a opção por analisar a *Memória*, relaciona-se à investigação das origens, dos antecedentes do Ensino Mútuo no Brasil através dos Planos e Projetos de educação elaborados no início do século XIX.

Também já ficou compreendido que a *Memória* é considerada, tanto por Primitivo Moacyr como por Querino Ribeiro, como uma fonte que não pode ser depreciada quando o objeto de estudo é a História da Educação do início do século XIX. Tanto isso é verdadeiro para os autores em questão, principalmente para Querino Ribeiro, que dedicou-se com exclusividade a esse documento, fazendo dele e de seu autor objetos defendidos em um trabalho acadêmico.

No entanto, a propalada originalidade do tratado educacional brasileiro de Martim Francisco, defendido por Ribeiro, abala-se com as evidências de plágio, identificadas por um membro da banca examinadora, Sr. Prof Paul Arbousse Bastide. Afirmava, este senhor, que a *Memória* de Martim constituía-se em cópia dos trabalhos de Condorcet!

Ribeiro (1943) é obrigado, diante das evidências, a reconhecer a importância do problema levantado por Bastide, mas consegue sustentar, em parte, a importância do objeto de seu trabalho, observando questões como a diferença dos significados e a conotação de plágio entre sua época e a de Martim. A compreensão de plágio de Ribeiro tinha suas razões de existir, conforme pode-se observar no Parecer de Carvalho Melo, de 15 de novembro de 1816:

[o documento] (...) *é escrito com muito discernimento; com muito conhecimento da matéria; com grande cópia de doutrina dos abalisados Escritores dêste século e com muita clareza, método e belíssima locução* (Ribeiro, 1943:70).

Há indícios, permitindo inferir que longe de ser um ato que pudesse causar constrangimentos, a *cópia* de trabalhos dos clássicos significava erudição. Um intelectual que se prezava não deixava de conhecer, citar e reproduzir os conhecimentos da *Biblioteca do homem público*, que era na época uma espécie de guia intelectual para os homens públicos e ilustrados (Ribeiro, 1943:89).

Parece-me que não resta dúvidas quanto ao débito que Martim Francisco deve à obra de Condorcet. Todavia, o reconhecimento da herança de Condorcet, redireciona o olhar investigativo, ampliando os desafios de análise.

Há que investigar se, também é de Condorcet, a instrução de Martim que (...) *o mestre não deve teimar, em que o menino aprenda muito de Memória* (...) (§4 Cap. IV), posto que isso nos afasta, e em muito, do procedimento fundamental do ideal pedagógico lancasteriano. No entanto, quando Martim Francisco registra a preocupação com os castigos escolares, qual teoria pedagógica o sustenta? A de Condorcet, novamente? Sabe-se que não.

Parece lógico reconhecer a influência de outras construções teóricas na *Memória*, a partir do que já foi apresentado e, também, porque não se pode deixar de registrar a posição assumida por Martim, quando opina sobre como deveriam ser os compêndios destinados ao primeiro grau da instrução. O autor, ao indicar os livros mais apropriados,

ampara-se não na cultura francesa de Condorcet, mas na cultura alemã, comentando que (...) *podem mesmo traduzir-se alguns* [compêndios], *que há nas outras nações cultas, particularmente a alemã, que mais se tem assinalado nesta espécie de instrução (§1, Cap. XI).*

Sabe-se que, por volta de 1814, Martim ensinara Filosofia, em especial, as doutrinas de Emmanuel Kant. Faz sentido supor que o conhecimento adquirido nas obras de Kant teria subsidiado a elaboração do projeto de educação para a mocidade ? Que o *corpus teórico* construído na teoria kantiana colaborou com a *Memória*? Faz sentido supor que os pressupostos da Pedagogia de Kant influenciaram, de alguma forma, a construção do Método de Ensino Lancasteriano?

Há que se investigar, mediante o fato de que Kant em *Ueber Paedagogie*⁷, desenvolve algumas questões relacionadas ao estudo da disciplina para com a criança ou aluno, como treino da obediência, o incentivo à faculdade da *Memória*, e a atenção às formas de educar e disciplinar o caráter.

Entretanto, o desafio de compreender tal formulação ultrapassa, e em muito, os objetivos propostos para este trabalho. Dessa forma finaliza-se esta apresentação, observando que o estudo da *Memória* permite afirmar que: não se pode afirmar ou atribuir a este plano uma postura definidora em relação à opção pela implementação do método do Ensino Mútuo no Brasil, posto que, deste método, o que se encontra, na *Memória*, são indícios fragmentados. Parece que um conhecimento mais detalhado e específico do método de Lancaster ainda estava sendo elaborado pelos brasileiros ilustrados para que ele pudesse ser assumido, com maior determinação, no Plano de 1826, elaborado pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa em colaboração com Pereira Mello e Ferreira França.

BIBLIOGRAFIA

⁷ Sobre Pedagogia, tradução de Francisco Cock Fontanella.

FÁVERO, Osmar. *A educação nas Constituintes Brasileiras (1823-1988)*. Campinas: Autores Associados, 1996.

FERNANDES, Rogério. *Projecto sobre o Estabelecimento e Organização da Instrução Pública no Brasil de Francisco Borja Garção Stockler (1816)*. Revista de História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel. N.4, 1998.

MOACYR, Primitivo. *Memória de Martim Francisco*, IN: *A Instrução e o Império*. V. 1. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1938.

PIRES DE ALMEIDA, J.R. *História da Instrução Pública no Brasil*. SP: EDUC; Brasília: INEP/MEC, 1989.

RIBEIRO, J. Querino. *A Memória de Martim Francisco sobre a Reforma dos estudos na capitania de São Paulo*. SP: 1943.